

# PROCESSO DE TRABALHO E DEMANDAS POSTAS AO SERVIÇO SOCIAL, NOTAS DE AULA

SOUZA, Martha Coelho de  
Faculdade Santa Lucia  
marthacoelho@uol.com.br

## RESUMO

*O texto procura analisar o trabalho e as demandas postas ao assistente social no contexto das grandes transformações no mundo do trabalho, a partir do fim do século XX, em meio às mudanças culturais e político-econômicas com a produção internacionalizada, a redução do Estado de Bem Estar Social e na hegemonia do neoliberalismo. Aborda o Serviço Social inserido no processo de reprodução das relações sociais e o apresenta como uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão sócio técnica do trabalho. Apresenta também expressões contemporâneas da questão social em suas particularidades oriundas das transformações dos padrões produtivos e da organização do trabalho que geraram transformações societárias que influíram nas políticas públicas de proteção social e no trabalho do profissional Assistente Social.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Serviço Social; Processo de Trabalho; Questão Social.*

## INTRODUÇÃO

O serviço social, inserido no processo de reprodução das relações sociais, é profundamente atingido pelas modificações nessas relações, visto que tem a base de sua fundação, enquanto especialização do trabalho, na questão social, elemento central da relação profissional e realidade.

As expressões particulares das transformações dos padrões produtivos e da organização do trabalho geraram transformações societárias que

influíram nas políticas públicas de proteção social. Nesse cenário o Serviço Social se defronta, no processo de trabalho, com as principais manifestações e expressões da “questão social” no capitalismo globalizado: o desemprego estrutural, deterioração do meio ambiente, acirramento do racismo e das lutas étnicas, aprofundamento da desigualdade social, globalização da pobreza e desmonte de direitos sociais que trazem mudanças no trabalho do assistente social e nos seus espaços sócio-ocupacionais.

Assim, a produção na unidade de processo de trabalho e de formação de valor são utilizados como categoria analítica da relação trabalho-sociabilidade humana, pois “como”<sup>1</sup> o trabalho é realizado é importante para análise de seus efeitos na vida cotidiana do trabalhador e o insere em um determinado momento das relações de produção com suas mediações através da super estrutura jurídica e política.

Neste sentido, aproximaremos da categoria trabalho na análise de importantes expressões contemporâneas da questão social tendo como fio condutor as transformações no mundo do trabalho no regime de acumulação flexível, nas perspectivas das novas e futuras exigências do mercado de trabalho e as estratégias de enfrentamento das expressões da questão social, apontando alguns desafios para o serviço social.

## **2. O SERVIÇO SOCIAL INSERIDO NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS**

O assistente social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais.

[...] Em decorrência, o caráter social desse trabalho assume uma dupla dimensão: (a) enquanto trabalho concreto atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências e da tecnologia; (b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato – mero coágulo

<sup>1</sup> Grifo nosso

de tempo de trabalho social médio –, possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social. [...] (ABEPSS, 2009, p.352)

No pós II Guerra, a situação internacional, tanto no plano econômico quanto no político, traz o enfrentamento da questão social através do maior desenvolvimento da industrialização e fortalecimento do mercado interno com abertura econômica, com a internacionalização da economia e do capital monopolista. O Estado - através da educação e das políticas de proteção social – possibilitaria o desenvolvimento social da população e sua produtividade além, no caso do Brasil, da implantação de indústrias de base e de infraestrutura com fundos públicos. O Estado busca enfrentar a pauperização danosa à produtividade do trabalho através de instituições sociais e assistenciais como instrumento de dominação e enquadramento político. Este papel é reafirmado e tem importância crescente, marcando o novo “espírito social” do capitalismo que emerge sob novas formas da chamada questão social, cria a necessidade de outros tipos de intervenção, “mais além da caridade e da repressão”, possibilitando assim as condições desse tipo de profissional especializado, o assistente social. (IAMAMOTO, CARVALHO, 1985, p.79)

O mandato social sobre um campo específico é a formalização de uma profissão, a qual se dá necessariamente pelo reconhecimento de um saber e competência exclusivos,

[...] no qual as esferas dominantes daquela sociedade específica ou o estado atribuem um mandato social para tomar decisões, realizar tarefas específicas, controlar recursos e para atribuição de responsabilidade legal em caso de problemas, cristalizado um patamar específico de divisão social e técnica do trabalho. (...) formalizado nas esferas legislativas. [...] (VASCONCELOS, 1997, p.139)

O mandato social de uma profissão sofre influência da trajetória histórica e orgânica das políticas sociais, dos campos do saber envolvidos na teorização e nas sociais desenvolvidas. No livro paradigmático “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” os autores buscam analisar e aprofundar a trajetória do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista brasileira colocando a profissão dos Assistentes Sociais inserida no processo de reprodução das relações sociais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985). O objetivo do estudo é

[...] captar o significado social dessa profissão na sociedade capitalista, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classe e do relacionamento contraditório entre elas. Nesse sentido, efetua-se um esforço de compreender a profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial. A profissão se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão do trabalho social, respondendo as necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. [...] (IAMAMOTO, CARVALHO, 1985, p.71)

### 3. PROCESSO DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

Iamamoto (1999) ressalta que não existe um processo de trabalho do Serviço Social, existe, sim, um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado. O trabalho do Assistente Social é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador.

[...] Atividade do profissional de serviço social, como tantas outras profissões, está submetida a um conjunto de determinações sociais inerentes ao trabalho na sociedade capitalista [...] assim, o trabalho dos assistentes sociais não se desenvolve independentemente das circunstâncias históricas e sociais que o determinam. [...] (COSTA, 2000, p.37)

O Serviço Social se desenvolve no Brasil como profissão reconhecida na divisão do trabalho no cenário do desenvolvimento industrial e da expansão urbana. É enquadrado no grupo de profissões liberais, porém não apresenta na prática as características peculiares do termo, não exerce independentemente suas atividades, não dispõe controle completo das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho (não domina maneira de exercê-lo, determinação da jornada de trabalho, nível de remuneração, e o estabelecimento do público a ser atingido), porém possui traços que marcam uma prática liberal que viabiliza certa margem de manobra e de liberdade no exercício de suas funções institucionais. A principal marca de profissão liberal é que possui um Código de Ética. Ainda no Brasil afirma-se como profissão estreitamente integrada ao setor público em especial e se consolida como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, “o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas”. (IAMAMOTO, CARVALHO, 1985, p.79-80)

Marcas de uma “prática ‘liberal’”, para além do Código de Ética, pode ser vista no caráter não rotineiro da intervenção, viabilizando aos agentes especializados certa margem de manobra e de liberdade no exercício de suas funções institucionais. Outra marca “é a existência de uma relação singular no contato direto com os usuários que reforça um certo espaço para a atuação técnica, abrindo a possibilidade de se orientar a forma de intervenção, conforme a maneira de se interpretar o papel profissional”. Outro traço peculiar ao Serviço Social: “a indefinição ou fluidez do ‘que é’ ou do ‘que faz’ o Serviço Social, abrindo ao Assistente Social a possibilidade de apresentar respostas de trabalho que ultrapassem meramente a demanda institucional” (IAMAMOTO, CARVALHO, 1985, p.80-81).

No terreno socioinstitucional de atuação do Assistente Social se configura a partir da demanda por especialização sociotécnica voltada para lidar com a questão social por meio das políticas sociais.

[...] Possui um amplo e difuso campo de intervenção circunscrito ao trato com a legislação social, a rede institucional, os mecanismos de acesso e restrição dos segmentos sociais aos institutos de regulação social, e, ainda às ações de caráter imaterial voltadas para a mobilização de valores e comportamentos no universo das relações sociais em que a população demandante está inserida – nas esferas, por exemplo, da família, vizinhança, trabalho, movimentos associativos, justiça, educação, cultura e seguridade social.[...] (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p.110)

O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão sócio técnica do trabalho, é uma atividade humana exercida por sujeitos de classe. Compromissado com valores humanistas, hoje depurados por um humanismo histórico-concreto, afirma valores da democracia, dos direitos humanos e de cidadania para todos. O assistente social como trabalhador é portador de uma herança cultural; de uma bagagem teórica e técnica; de valores ético-sociais, atravessados por relações de gênero. Na condição de trabalhador assalariado não detém todos os recursos necessários para o exercício profissional; é trabalho coletivo, parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras. O objeto de trabalho do Assistente Social é a questão social em suas múltiplas expressões, seus instrumentos de trabalho são as bases teórico-metodológicas como os recursos essenciais para exercer o seu trabalho, o conhecimento da realidade, que deixa de ser um

“pano de fundo”, para se tornar uma condição do exercício profissional. (IAMAMOTO, 1999, grifos nossos)

[...] As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. [...] (IAMAMOTTO, 1999, p.21)

O serviço social é um trabalho especializado que tem produtos, interfere na reprodução material da força de trabalho; e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos sociais. O produto do trabalho do Assistente Social não é de fácil definição, porém é claro que seu trabalho tem efeito na sobrevivência material e social de setores da população. O Serviço Social tem efeitos que não são só materiais, mas que incidem no “campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura [...] interferindo na vida dos sujeitos”. (IAMAMOTO, 1999, p.26).

É um intelectual que contribui para a criação de consensos: pode reforçar a hegemonia vigente ou trabalhar na direção da criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social. Segundo Iamamoto (1999, p.21):

[...] As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. [...]

O processo de trabalho do assistente social na lógica estruturante do trabalho capitalista, é fragmentado e parcelado em diferentes atividades laborativas. Assim, o trabalho do assistente social é organizado internamente como parcela dos objetivos institucionais, se “integra ao conjunto da unidade produtiva e só inteligível quando se verifica todo seu ordenamento”. O processo de trabalho é responsabilidade de segmento exterior, - parcelado - “a expropriação do conhecimento sobre o trabalho dissocia o processo operativo dos saberes sobre o mesmo, fazendo as capacidades laborativas dependerem mais das políticas gerenciais”. Este elemento do processo de trabalho do assistente social gera dificuldade ao assistente social para dominar a globalidade do trabalho que executa e o seu significado social. Para compreender o processo de trabalho dos assistentes sociais, dois elementos são fundamentais - um é a unidade de serviço, com suas racionalidades

internas, outro, é a política social e a dinâmica das pressões externas no contexto do atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista. (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p.114-120)

[...] O assistente social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais. Tem-se aí uma dupla possibilidade. De um lado, a atuação do assistente social pode representar uma “invasão da privacidade” através de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo do Estado (ou da empresa). De outro lado, ao desvelar a vida dos indivíduos, pode, em contrapartida, abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de informações sobre as expressões contemporâneas da *questão social* pela via do estudo social. [...] (ABEPSS, 2009, p.357)

A profissão dos assistentes sociais inserida no processo de reprodução das relações sociais tem a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho na “questão social”; elemento central da relação profissional e realidade. (grifos nossos)

#### **4. AS EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DA QUESTÃO SOCIAL**

Yazbek (2008, p.02) afirma que:

[...] A questão social se expressa pelo conjunto de desigualdades sociais engendradas pelas relações sociais constitutivas do capitalismo contemporâneo. Sua gênese pode ser situada no século XIX quando os trabalhadores reagem à exploração de seu trabalho resultante da Revolução Industrial: tratava-se do fenômeno do pauperismo. Constituído por uma população flutuante, miserável, cortada de seus vínculos rurais vai ser uma característica imediata do iniciante processo de industrialização. [...]

O Serviço Social na contemporaneidade está inserido no contexto da globalização mundial, da hegemonia do capital financeiro e dos novos padrões de produzir e gerir o trabalho que gerou uma exclusão social que não é fruto de escassez e sim da forma desigual de distribuição dos frutos do desenvolvimento das forças produtivas. Essa realidade social atravessa

nosso cotidiano e “devemos enfrentá-la com os recursos ético-teóricos da profissão construídos nos anos 80” do século passado. (IAMAMOTO, 1999, p.75)

As expressões contemporâneas da Questão Social, objeto de nossa análise, não são a existência de uma Nova Questão Social já que são mantidos os traços essenciais da questão social surgidos no século XIX. Trataremos das expressões particulares oriundas das transformações dos padrões produtivos e da organização do trabalho que geraram transformações societárias que influíram nas políticas públicas de proteção social.

As principais manifestações e expressões da Questão Social no capitalismo globalizado para Pereira (2000) são o desemprego estrutural, deterioração do meio ambiente, acirramento do racismo e das lutas étnicas, ameaças bélicas, aprofundamento da desigualdade social, globalização da pobreza e desmonte de direitos sociais que surgiram no rastro das transformações societárias decorrentes das transformações que ocorrem no capitalismo a partir da segunda metade dos anos 70, que trazem mudanças no trabalho e na sociedade salarial e com o avanço do neoliberalismo, com a “substituição de um perfil histórico de proteção social, que tinha como pilares o pleno emprego, as políticas sociais universais e a extensão de direitos sociais” (YAZBEK, 2008, p. 03). A autora sustenta que a Questão Social apesar de suas novas manifestações e indicadores, permanece estruturalmente a mesma por se constituir em uma questão estruturante de relações sociais desiguais que configuram o sistema capitalista.

A desigualdade social, a “primeira” manifestação da Questão Social, causada pela desigualdade de renda e por posição de classe, acontece em todos os países e o Brasil tem posição histórica de desigualdade, apesar de sua recente diminuição nos últimos anos (ainda é uma das maiores do mundo). A desigualdade econômica é um problema que afeta atualmente a maioria dos países, (BRÍGIDO, 2010) mas é nos países menos desenvolvidos em que ela é mais danosa, onde além da distribuição desigual de renda outros aspectos da questão social se manifestam de forma contundente.

A pobreza, manifestação da distribuição desigual da riqueza socialmente produzida, é geralmente definida superficialmente como falta de renda ou renda insuficiente. Esta definição não considera os aspectos mais subjetivos e que são importantes para a formação como um todo do indivíduo. Pereira (2000, p. 64) advoga definição de pobreza como um estado de carência que pode colocar em risco a própria condição humana, afirma que “ser pobre é ter, portanto, sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação de necessidades básicas, seja pela impossibilidade de mobilizar esforços

para satisfazer estas necessidades”. Para a autora, a categoria das necessidades básicas, que inclui a manutenção da vida e também a necessidade de autonomia e de agência dos indivíduos podem nos ajudar a ultrapassar o aspecto meramente quantitativo do conceito de pobreza utilizado para definir o atendimento às carências.

A pobreza em seu aspecto de carência material, tipicamente envolvendo as necessidades da vida cotidiana como alimentação, vestuário, alojamento e cuidados de saúde, pode ser entendida como a carência de bens e serviços essenciais, mas também e, principalmente, deve ser entendida como carência social pela exclusão social, a dependência e a incapacidade de participar na sociedade. Esta visão inclui a carência de educação e da informação. As relações sociais são elementos chave para compreender a pobreza. (BRÍGIDO, 2010)

[...] Abordar aqueles que socialmente são constituídos como pobres é penetrar num universo de dimensões insuspeitadas marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação, pela fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação, pela resistência e pelas estratégias para melhor sobreviver. [...] (YAZBEK, 2008, p.02)

Como profissional do Serviço social sabemos que a exclusão é fenômeno social que ganha nova dimensão com o acelerado processo de urbanização e pelas mudanças no mundo do trabalho e as consequentes modificações nas dinâmicas familiares, no aumento das desigualdades sociais, na dificuldade de acesso à educação e aos bens materiais e simbólicos da sociedade, entre outras causas e efeitos. A principal tarefa de combate à exclusão é o reconhecimento de seu amplo espectro: a não integração ao mercado de trabalho, naturalização das práticas discriminatórias e de segregação, exclusão dos meios de consumo e do acesso a bens e serviços, ruptura de vínculos societal, “ausência de inscrição do sujeito em estruturas que têm um sentido”, e, a mais cruel das exclusões, a do conhecimento/práticas que possam questionar os saberes institucionais estabelecidos. (WANDERLEY, 2007, p.18)

[...] A perspectiva de trabalho de combate à exclusão tem, ainda, que prover níveis de proteção que garantam o exercício da cidadania possibilitando a autonomia da vida dos cidadãos. Neste sentido, romper a relação entre a subordinação, a discriminação e a subalternidade, brutais de nosso país, é um dos desafios colocados [...] (WANDERLEY, 2007, p.25).

O enfrentamento da pobreza não é tarefa apenas da política social. No entanto, a pobreza repercute não só em carências, mas também de situações de destituição de direito, de acesso precário a serviços públicos. E, sob essa perspectiva as políticas sociais em geral, e de assistência social em particular, têm um papel importante. A exclusão social e as situações de vulnerabilidade reafirmam a pobreza e a desigualdade social.

[...] Quanto à violação de direitos, a associação com a pobreza se torna visível, por exemplo, nas situações de trabalho infantil ou de exploração sexual de crianças e adolescentes, mas também ocorre em situações de menor visibilidade social, como é o caso do direito humano à alimentação. [...] (IPEA, 2007, p.11)

Assim, consideramos que pobreza não é relacionada somente à falta de recursos, mas engloba diversos elementos como a desigualdade na distribuição de renda, a vulnerabilidade, a exclusão social, a violência, a discriminação, a ausência de dignidade, de formação educacional decente, ausência de informação e participação na vida política e social do país, etc. São essas, ainda a nosso ver, as principais expressões da Questão Social que se colocam para a ação dos profissionais do Serviço Social.

[...] Analisar a questão social hoje permite que nos defrontemos com novas e velhas questões, são os “novos pobres” e a pobreza estrutural de sempre. São enfim situações de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade, exclusão e subalternidade com múltiplas faces, com as quais convivemos cotidianamente como: o desemprego, a falta de trabalho, a violência doméstica da qual são vítimas mulheres, crianças, adolescentes, idosos; a droga, a AIDS, a discriminação por questões de gênero e etnia, a moradia na rua ou em habitações precárias e insalubres, as crianças e adolescentes sem proteção, os doentes mentais, as dificuldades dos portadores de deficiência, o envelhecimento sem recursos, a fome e a alimentação insuficiente e outras tantas questões e temáticas relativas a uma forma de pertencimento social. [...] (YAZBEK, 2008, p. 06)

Para autora acima citada, a pobreza como situação de privação social, potencializa situações de vulnerabilidade social e expõe os que a vivem a riscos sociais e pessoais. Por vulnerabilidade a autora entende “um somatório de situações de precariedade, para além das precárias condições socioeconômicas” (YASBEK, 2008, p.07). Outros elementos importantes

para o entendimento da privação social, presentes na exposição à situação de riscos são as altas incidências de certos agravos à saúde, gravidez precoce, exposição à morte violenta, precárias condições gerais de vida de trabalhadores, crianças, adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais, mulheres, negros, homossexuais e suas respectivas famílias em diferentes dinâmicas dos territórios vividos. O trabalho infantil foi combatido ao longo dos últimos dez anos com programas sociais e campanhas públicas, cujo impacto pode ser sentido na redução desse fenômeno. Outro elemento importante resultante da exclusão social são os adolescentes de 15 a 17 anos que não trabalham nem estudam, a renda familiar influi fortemente sobre a presença de crianças e adolescentes em situações de trabalho e sobre a frequência nas escolas. Quanto menor a renda familiar, maior a porcentagem de crianças e adolescentes que trabalham e menores são as taxas dos que se dedicam somente ao estudo. (IPEA, 2007)

A pobreza e as situações de grave miséria econômica trazem em seu bojo situações de extrema vulnerabilidade social esfacelando ou ainda impedindo laços de convivência social e familiar e levando ao “abandono, ausência de cuidados e de bons vínculos relacionais devido à luta cotidiana estabelecida por milhares de famílias para garantir a sobrevivência de seus membros”. A vulnerabilidade implica na possibilidade de exploração, redução de capacidades, restrição à liberdade, redução da autonomia e da auto-determinação. A pobreza e as situações de grave miséria econômica, impedem ou dificultam os cuidados e os bons “vínculos relacionais” de milhares de famílias. (YAZBEK, 2008, p. 09-11)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As profundas modificações da base técnica da produção com a informática, a biotecnologia, a robótica entre outras inovações tecnológicas influenciam os contornos do mercado profissional dos assistentes sociais as condições e relações de trabalho da sociedade brasileira. (IAMAMOTO, 2009, p.243)

[...] Alterações verificadas nos espaços ocupacionais dos assistentes sociais têm raízes nos processos sociais, historicamente datados, expressando tanto a dinâmica da acumulação, sob a prevalência de interesses rentistas, quanto a composição do poder político e a correlação de forças no seu âmbito, capturando os estados Nacionais, com resultados regressivos no âmbito da conquista e usufruto dos direitos para o universo dos trabalhadores . [...]

As novas requisições e demandas postas à profissão exigem novas habilidades, competências e atribuições, exigindo do profissional não tratar o espaço profissional apenas a partir das demandas, mas também buscar formação contínua para impulsionar o “fortalecimento da luta contra-hegemônica comprometida com o universo do trabalho” (IAMAMOTO, 2009, p. 344), pois os espaços profissionais contêm elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem.

Historicamente, as enormes desigualdades sociais, econômicas e culturais expressam uma das características mais marcantes do Brasil. Em anos recentes, percebe-se um crescimento da consciência da sociedade quanto à necessidade de reverter-se essa condição, criando-se mecanismos de participação e controle social, programas, projetos e ações que indicam um movimento de transformações positivas.

A questão social é desigualdade, mas também rebeldia, pois os sujeitos podem resistir e encontram formas de expressarem e manifestarem resistências e constroem formas de lutas (IAMAMOTO, 1999). Na perspectiva do protagonismo os sujeitos manifestam sua existência, vivência e criatividade no cotidiano e podemos formar sujeitos autônomos, solidários, competentes e participativos.

A redução da pobreza e a luta contra as desigualdades sociais devem ser prioridade para qualquer política social e luta social. Os profissionais das áreas sociais, em especial da Assistência Social, devem se municiar de conhecimentos teóricos e pesquisas empíricas sobre o tema em qualquer área de trabalho.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009.

BARBOSA, R. N. C.; CARDOSO, F. G.; ALMEIDA, N. L. T.. A categoria processo de trabalho e o trabalho do Assistente Social **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 58, Ano XIX, 1998, 109-30.

BRÍGIDO, C.. ONU: Brasil tem 3º pior índice de GINI do mundo. **Jornal O Globo**, 23-07-2010. Disponível em: <<http://processocom.wordpress.com/2010/07/27/onu-brasil-tem-3%c2%ba-pior-indice-de-gini-do-mundo/>> Acesso em fevereiro de 2011.

COSTA, M. D. H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 62, ano XXI, março 2000.

FREITAS, R. de C. S.; MESQUITA, A. de A. de. **As Novas Expressões da Questão Social**

**e as Famílias Brasileiras:** Reflexões para o Serviço Social. Disponível em:< [http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097\\_ensps%20%20fam%EDlias%20e%20quest%E3o%20social.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_ensps%20%20fam%EDlias%20e%20quest%E3o%20social.pdf)> Acesso em janeiro de 2014.

IAMAMOTO, M V; CARVALHO, R.. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica.. Editora Cortez, 1985 p71-90.

IAMAMOTO, M.. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional, São Paulo Cortez, 1999. pp.17-75

IAMAMOTO, M.. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In **CFESS/ABEPSS. Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Publicação Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, 2009)

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais, acompanhamento e análise**, nº 13, edição especial, 2007.

LESSA, S.. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 52, Ano XVII, dez. 1996.

PEREIRA, A. P. P. **Necessidades Humanas, subsídios à crítica dos mínimos sociais.** São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELOS, E. M.. Serviço Social e interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. **Revista Serviço e Sociedade**. nº 54, Ano XVIII, julho 1997. p.132-155.

WANDERLEY, M. B.. **Refletindo sobre a noção de exclusão** In: SAWAIA, B. (org.) As artimanhas da exclusão, análise psicossocial e ética da desigualdade social. 7ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2007.

YAZBEK, M. C.. **Questão Social:** Desigualdade, Pobreza e Vulnerabilidade Social. In Curso de Capacitação de Gestores Sociais, IEE, março 2008 (mimeo).

